



# CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

## SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 41 DE 15 DE ABRIL DE 2024.

Página 1 de 2

Dispõe sobre concessão de prazo para regularização de pendências decorrentes da Política Habitacional para a população de baixa renda no Município de Serafina Corrêa e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder prazo de 01 (um) ano, a contar da publicação desta Lei, prorrogável por igual período, para regularização de pendências e consequente expedição de habite-se a beneficiários da Política Habitacional para População de Baixa Renda no Município de Serafina Corrêa, nas seguintes hipóteses:

I - Ter edificado imóvel no recuo de ajardinamento;

II - Ter edificado imóvel em desconformidade com a taxa urbanística determinada IA - Índice de Aproveitamento;

III - Ter edificado imóvel em desconformidade com a taxa urbanística determinada TO - Taxa de Ocupação;

IV - Ter edificado imóvel com paredes internas de madeira;

V - Ter edificado imóvel sobre parte do passeio público e/ou sob parte do passeio público, ocupando no máximo 25% (vinte e cinco por cento) da largura total do passeio público (50 cm).

Parágrafo único. A prorrogação do prazo a que se refere o caput deste artigo poderá ser feita através de Decreto, editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º A regularização de pendências nas hipóteses descritas no artigo 1º desta Lei, efetivar-se-à mediante medida compensatória financeira, a ser calculada através do CUB - RS, Residencial Popular (RPQ1), vigente à época da regularização, nos termos e percentuais constantes na tabela abaixo:

Item	Infração	Valor Multa (%)
01	Recuo de Ajardinamento	20% do CUB / m² irregular
02	IA - Índice de Aproveitamento	20% do CUB / m² irregular
03	TO - Taxa de Ocupação	20% do CUB / m² irregular
04	Paredes madeira	10% do CUB / metro linear irregular
05	Construção passeio público	80% do CUB / m² irregular

Parágrafo único. O pagamento do valor correspondente à medida compensatória deverá ocorrer no momento da retirada do projeto aprovado, junto ao Departamento competente.

Art. 3º Somente poderão ser objeto de regularização as obras edificadas até 29 de agosto e 2019.

Documento assinado digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP – Brasil



# **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

## **SERAFINA CORRÊA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 41 DE 15 DE ABRIL DE 2024.**

Página 2 de 2

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 15 de abril de 2024.

**Valdir Bianchet**  
Prefeito Municipal